

## **ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015 CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIO – PRINCIPAIS ASPETOS DE RELEVO**

Aquando do processo de elaboração do Orçamento do Estado para 2014, a CPCI defendeu a necessidade de encontrar equilíbrios de natureza financeira, económica e social, de forma a que Portugal pudesse reencontrar um caminho de coesão e convergência com os nossos parceiros europeus.

A inexistência de uma política efetiva e capaz de lidar com os desafios da competitividade e do crescimento foi uma das principais lacunas apontadas ao documento de estratégia orçamental então aprovado e, uma vez mais, em sede de preparação do Orçamento de Estado para 2015, torna-se evidente a persistência no mesmo erro, o qual representa um efetivo comprometimento com o futuro do País.

Com efeito, é de forma paradoxal que a Proposta de Orçamento do Estado para 2015 assenta os seus pressupostos num crescimento económico significativo no próximo ano, mas nada é feito em prol desse crescimento. A previsão de uma variação positiva do PIB de 1,5%, colide com a total ausência, neste documento, de propostas efetivas para a dinamização da atividade económica e, por outro lado, com uma séria revisão em baixa para a evolução do investimento, que passa dos 3,8% previstos no DEO 2014-2018 para 2%.

A falta de soluções concretas para a dinamização do Investimento é dos aspetos mais preocupantes no documento proposto pelo Governo. A Comissão Europeia diz,

perentoriamente, que todos os países têm de apostar no investimento e, em relação a Portugal, faz mesmo um sério alerta para o baixo nível a que este chegou, “reduzindo-se a menos de metade, desde o início do programa da *Troika*, mas, de forma incompreensível, contrária às sucessivas recomendações do FMI, da União Europeia, a que se junta o consenso nacional alargado em torno desta matéria, pouco ou nada é feito num País que ainda tem, por executar, cerca de 4 mil milhões de euros de fundos comunitários do QREN, dos quais 2,2 mil milhões estão alocados a infraestruturas e investimentos de proximidade, a que se juntam mais de 25 mil milhões de euros do novo Portugal 2020.

Em particular, no que diz respeito ao Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas que estabelece as prioridades em matéria de projetos capazes de aumentar a produtividade e de atrair mais e melhor investimento, de acordo com a calendarização aprovada pelo Governo, para 2015 está previsto um volume de adjudicações que supera os 2 mil milhões de euros, exigindo uma comparticipação nacional que corresponde a apenas 15% deste montante, isto é, de 304 milhões de euros. A Proposta de OE'2015 assume a sua concretização, porém não reflete de forma inequívoca a alocação necessária. Estes meios são essenciais, pois a competitividade do País não pode continuar adiada e os recursos privados e comunitários, cerca de 1,7 mil milhões de euros, que acompanham este esforço, não podem ser definitivamente perdidos.

Se o cumprimento deste Plano é essencial, a dinamização do investimento e do crescimento económico exigem mais ambição e, sobretudo, uma estratégia de futuro, mobilizadora da confiança dos particulares, sem os quais a concretização das metas orçamentais ficará comprometida. A completa omissão, nesta Proposta de Orçamento, de matérias como a Reabilitação Urbana, a qual constitui, nas palavras do próprio

Governo, um vetor incontornável para o desenvolvimento sustentado, demonstra cabalmente as insuficiências a este nível.

Para além dos evidentes constrangimentos ao nível da dotação orçamental do investimento, deve-se destacar o permanente incumprimento das verbas previstas. De acordo com a última nota de execução orçamental, relativa a setembro do corrente ano, verifica-se uma quebra de 33% face aos valores executados em igual período de 2013 e, a apenas três meses do final do ano, é preocupante que tenha sido aplicado menos de 50% do volume total de investimento público orçamentado para 2014.

Por outro lado, em matéria de fiscalidade, destaca-se que a receita fiscal total irá crescer, de acordo com a atual Proposta de OE, para cerca de 67 mil milhões, valor que representará a mais alta carga fiscal de sempre, em Portugal. Em concreto, o IMI registará, de acordo com as previsões do Governo, a maior subida de entre todos os impostos, ou seja, 10,1%, seguido pelo IMT, cuja receita aumentará 9,5%.

Este agravamento muito significativo, da tributação incidente sobre o Património é, em grande medida, resultado de uma grande insensibilidade em termos sociais, num momento em que as restrições financeiras mais afetam os portugueses e o custo da habitação é um dos que mais pesa sobre as famílias.

Com o fim da Cláusula de Salvaguarda do IMI, em 2015 vai-se refletir totalmente o agravamento do Valor Patrimonial Tributário, resultante do processo de Avaliação Geral do Património. O ajustamento ao nível da isenção permanente do IMI abrange uma diminuta quota parte dos proprietários e é claramente insuficiente.

São, também, ignoradas outras situações que são especialmente penalizadoras do ponto de vista da atividade económica, designadamente o aumento de IMI incidente sobre propriedades afetas a atividades produtivas, como edifícios comerciais, industriais, entre outros.

É, também, o caso da habitação detida para venda pelas empresas de construção. Estas empresas, na verdade, são penalizadas pelas condições extremamente adversas de mercado e pagam impostos pelas mercadorias que detêm em *stock*, o que, para além de injusto e inaceitável, é desencorajador para quem pretende investir em Portugal.

Desta forma, verifica-se que a atual Proposta de Orçamento do Estado não apresenta uma estratégia articulada e eficaz, capaz de responder aos desafios que o País enfrenta em matéria de promoção do emprego, do investimento e do crescimento económico sustentado.

3 de novembro de 2014